Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Companhia tem como principal segmento de atuação a industrialização e comercialização de embutidos de carnes, sendo seus principais produtos: presuntos, fiambres, mortadelas, lingüiças, salsichas e patês, sendo líder nacional na produção e comercialização de patês em bisnagas. A cadeia de distribuição da Companhia permite que seus produtos sejam comercializados junto a redes varejistas, distribuidores e revendedores e pequenos estabelecimentos comerciais, principalmente na Região Sul, tendo o Rio Grande do Sul como principal mercado.

A Companhia tem suas ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo sob os códigos BAUH4 e BAUH3.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31.12.11 e 31.12.10, estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos e interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 22/03/2012.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

As informações sobre incertezas relativas a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas notas explicativas sobre provisão para devedores duvidosos (nota explicativa 7), provisão para contingências (nota explicativa 14) e imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa 19).

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos em aberto e não operou com tais instrumentos durante esses exercícios.

(ii) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação a qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados em mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, clientes e outros créditos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo

(iii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

(iv) Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios, quando aplicável, conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

b. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, caso aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativos são as seguintes:

- Edifícios	25 anos
- Máquinas e equipamentos	10 anos
- Equipamentos de informática	5 anos
- Móveis e utensílios	10 anos
- Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativa contábil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

c. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques de produtos manufaturados e em elaboração consideram os custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

d. Redução ao valor recuperável (impairment)

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a mensuração do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

e. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar este valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

f. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

g. Receita operacional

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

h. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem principalmente receitas de juros de clientes e rendimentos de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem principalmente despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

i. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 por ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posição fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações pode ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

j. Segmento operacional

Os resultados de segmentos que são reportados ao CEO incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos (primariamente a sede da Companhia), despesas da sede e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

k. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

l. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, sendo essas:

- Alterações ao IFRS 7 Instrumentos financeiros Divulgação
- Alterações ao IAS 12 Tributos sobre o lucro
- Alterações ao IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas
- Alterações ao IAS 28 Investimentos em associadas
- Alterações ao IAS 1 apresentação das demonstrações financeiras
- Alterações ao IAS 19 benefícios a empregados
- IFRS 10 demonstrações financeiras consolidadas
- IFRS 11 acordos em conjunto
- IFRS 12 divulgação para entidades que possuem participações em subsidiárias, empreendimentos em controle conjunto, coligadas e/ou entidades não consolidadas;
- IFRS 13 mensuração de valor justo
- IFRIC 20 Custos relacionados a extração mineral

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor.

A Companhia está em fase de análise dos impactos destas novas normas em suas demonstrações contábeis.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Contas a receber de clientes e outros recebíveis

O valor justo de contas a receber e outros recebíveis é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

5 Segmentos operacionais

A Companhia possui 02 (dois) segmentos divulgáveis, conforme descrito abaixo, que são as unidades de negócio estratégicas. As unidades de negócio estratégicas oferecem diferentes produtos e serviços e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias e estratégias de marketing. Para cada uma das unidades de negócios estratégicas, a Administração analisa os relatórios internos ao menos uma vez por trimestre. A Companhia possui os seguintes segmentos reportáveis: Processados Resfriados e Congelados.

Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável estão incluídas abaixo. O desempenho é avaliado com base no lucro do segmento antes do imposto de renda e contribuição social, como incluído nos relatórios internos da administração que são analisados pela Administração. O lucro do segmento é utilizado para avaliar o desempenho, uma vez que a administração acredita que tal informação é mais relevante na avaliação dos resultados de certos segmentos relativos a outras entidades que operam nestas indústrias. A precificação de transações entre os segmentos é determinada com base em termos do mercado.

Conciliação de receitas, lucros e prejuízos, ativos, passivos e outros itens materiais de segmentos divulgáveis.

	Processados Resfriados		Processados Congelados		Total	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Receitas	59.809	50.029	8.937	1.547	68.746	51.576
Receita financeira	475	759	71	23	546	782
Despesa financeira	(2.045)	(2.771)	(306)	(86)	(2.351)	(2.857)
Resultado por segmento						
divulgável antes do imposto de	2.811	(6.623)	420	(410)	3.231	(7.033)
renda e contribuição social						
Despesas com vendas	(13.225)	(12.122)	(1.976)	(375)	(15.201)	(12.497)
Despesa Gerais e administrativa	(649)	(1.638)	(97)	(51)	(746)	(1.689)
Outros itens:	(43)	46	-	-	(43)	46
Outras despesas líquidas	(470)	(618)	(70)	(19)	(540)	(637)
Ativos dos segmentos divulgáveis	34.209	29.853	3.874	608	38.083	30.461

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Informação geográfica

31 de Dezembro de 2011

	Receita	Representatividade
Rio Grande do Sul	54.997	80%
Santa Catarina	9.624	14%
Paraná	4.125	6%
	68.746	_

31 de Dezembro de 2010

	Receita	Representatividade
Rio Grande do Sul	39.198	76%
Santa Catarina	8.252	16%
Paraná	4.126	8%
	51.576	

Principais Clientes

As vendas da Companhia são direcionadas para os canais de grandes redes, auto serviço e revendedores, limitando uma concentração de clientes.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Caixa e bancos	3.742	95
Aplicações financeiras	<u>1.252</u>	<u>2.540</u>
	<u>4.994</u>	<u>2.635</u>

As aplicações financeiras referem-se substancialmente à fundos de investimentos de renda fixa remunerados pela variação do CDI. A Companhia não possui restrições de uso dos valores de caixa e equivalentes de caixa.

2011

2010

7 Contas a receber de clientes

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Clientes nacionais	11.307	8.691
(-) Provisão para devedores duvidosos	<u>(42)</u>	(245)
	<u>11.265</u>	<u>8.446</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

As movimentações na provisão para devedores duvidosos são apresentadas a seguir:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Saldo no início do exercício	(245)	(248)
Valores registrados em despesa	321	55
Provisionado no ano	<u>(118)</u>	<u>(52)</u>
Saldo no final do exercício	<u>(42)</u>	<u>(245)</u>

8 Estoques

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Produtos acabados	1.073	912
Mercadorias	990	429
Matérias-primas	379	489
Embalagens	858	606
Produtos em elaboração	155	150
Almoxarifado	<u>320</u>	<u>287</u>
	<u>3.775</u>	<u>2.873</u>

A Companhia avalia a capacidade de vendas de seus estoques e no final deste exercício não há estoques que devam ser considerados obsoletos.

9 Impostos a recuperar

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Circulante		
PIS/COFINS	39	25
ICMS	249	26
Imposto de Renda e Contribuição Social	81	-
IPI a recuperar	7	21
Total circulante	<u>376</u>	<u>72</u>
Não circulante		
ICMS	125	127
PIS e COFINS	220	240
Total não circulante	<u>345</u>	<u>367</u>
	<u>721</u>	<u>439</u>

a. Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS

O saldo é composto por créditos apurados nas operações mercantis e de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, gerados nas unidades produtoras e comerciais da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

b. PIS e COFINS

O saldo é composto por valores de créditos originados da cobrança não cumulativa do PIS e da COFINS, apurados principalmente nas operações de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, que são compensados em parcelas mensais sucessivas, conforme determinado pela legislação.

c. Imposto de renda e contribuição social

Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e antecipações no recolhimento de imposto de renda e contribuição social realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar.

10 Imobilizado

Composição dos saldos

	Taxa média		Depreciação		
	<u>anual</u>	Custo	<u>acumulada</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Terrenos	-	1	-	1	1
Construções	2,5%	5.650	(2.785)	2.865	2.708
Máquinas e equipamentos	4,0%	9.455	(4.684)	4.771	4.387
Moveis e utensílios	10,0%	118	(78)	40	42
Equipamentos eletrônicos	20,0%	320	(230)	90	104
Veículos	20,0%	723	(288)	435	128
Imobilização em					
andamento		79	<u>-</u>	79	
		16.346	(8.065)	8.281	7.370

Movimentação do custo de aquisição do ativo imobilizado no exercício de 2010

	Saldos em				Saldos em
	<u>2010</u>	Adições	Baixas	Transferências	<u>2011</u>
Terrenos	1	-	-	-	1
Construções	5.438	-	(21)	233	5.650
Máquinas e equipamentos	8.865	603	(95)	82	9.455
Moveis e utensílios	114	4	-	-	118
Equipamentos eletrônicos	293	30	(3)	-	320
Veículos	345	378	-	-	723
Imobilização em					
andamento	-	394	-	(315)	79
Total do custo de aquisição	<u>15.056</u>	<u>1.409</u>	<u>(119)</u>	<u></u>	<u>16.346</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Provisão para redução no valor recuperável

Em 2011 a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar acima do valor recuperável.

11 Partes relacionadas

Controladora e controladora final

A controladora direta da Companhia é Baumhardt Comércio e Participação Ltda. e a controladora final é a Sadia S.A..

Os principais saldos de ativos e passivos assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora a preços e condições normais de mercado.

Durante o exercício de 2011 a Companhia comprou R\$ 21.649 de matérias-primas/mercadorias de sua controladora (R\$ 9.120 no exercício de 2010).

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possuía em aberto com a controladora Sadia S.A. o valor de R\$ 4.047 (R\$ 1.291 em 31 de dezembro de 2010) no passivo circulante e R\$ 53 (R\$ 89 em 31 de dezembro de 2010) no passivo não circulante, referem-se principalmente a compras de matéria-prima.

Remuneração aos administradores

O montante referente à remuneração do pessoal chave da administração totalizou R\$ 540 no exercício de 2011 (R\$ 637 no exercício de 2010). A Companhia não possui outros benefícios concedidos ao pessoal chave da administração além do pagamento de honorários.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

12 Empréstimos e financiamentos

		<u>2011</u>	<u>2010</u>
Itens	Encargos	Circulante	Circulante
Moeda Nacional			
Capital de giro	12,9% a.a	11.624	561
Leasing	De 12,5% a 15,5% a.a.	<u>134</u>	<u>85</u>
Total		11.758	646

		Não Circulante	Não Circulante
Moeda Nacional			
Capital de giro	12,9% a.a	<u>94</u>	<u>10.000</u>
Total		<u>94</u>	<u>10.000</u>

A taxa média ponderada de juros nos empréstimos do circulante existentes em 31 de dezembro de 2011 era de 12,9% ao ano (12,9% ao ano em 31 de dezembro de 2010).

Ao empréstimo para capital de giro no valor de R\$ 11.624 a Companhia possui aval da controladora.

13 Impostos a pagar (PAES)

O saldo do PAES em 31 de dezembro de 2011 representavam R\$ 7.495 (R\$ 1.355 no circulante e R\$ 6.140 no não circulante) e R\$ 6.741 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 852 no circulante e R\$ 5.889 no não circulante). A Companhia optou por incluir no Parcelamento Especial – PAES, conforme Lei n° 10.684/2003, os débitos cujas matérias eram objeto de discussão judicial. O saldo devedor está sendo atualizado pela SELIC. A Companhia está em dia com o pagamento dos tributos correntes.

Cronograma de vencimentos:

Ano de	
vencimento	Valor
2013	712
2014	712
2015	712
2016	712
2017	712
Após 2018	2.580

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

14 Provisão para riscos contingentes

A Companhia possui diversos processos em andamento de natureza tributária e cível, decorrentes do curso normal de seus negócios. As respectivas provisões para contingências foram constituídas para os processos, cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável, com base na estimativa feita pelos assessores jurídicos da Companhia.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para contingências constituída, no montante de R\$ 1.412 (R\$ 3.054 em 31 de dezembro de 2010), é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais.

As movimentações na provisão para contingências são apresentadas a seguir:

	Saldos em				Saldos em
	<u>2010</u>	Adições	Baixas	<u>Atualizações</u>	<u>2011</u>
Processos trabalhistas	431	737	(344)	-	824
Processos tributários	<u>2.623</u>	<u></u>	(3.073)	1.038	588
Provisão para contingências	<u>3.054</u>	<u>737</u>	(3.417)	<u>1.038</u>	<u>1.412</u>

Contingências trabalhistas e previdenciárias: consistem, principalmente, em reclamações trabalhistas de ex-empregados e estão vinculadas a discussões sobre verbas oriundas do contrato de trabalho. Contingências tributárias: são processos que envolvem discussões sobre créditos fiscais não homologados, ressarcimentos, base de cálculo para contribuição, impostos e glosa de crédito em pedido de restituição de IPI, PIS e COFINS.

A Companhia também é partes envolvidas em processos trabalhistas, cujos riscos de perda estão classificados como possíveis pela Administração e seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e explicações a seguir:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Contingências possíveis		
Trabalhistas	399	992
Total	<u>399</u>	<u>992</u>

Contingências trabalhistas com perda possível: consistem, principalmente, em reclamações trabalhistas de ex-empregados e estão vinculadas a discussões sobre verbas oriundas do contrato de trabalho.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Depósitos judiciais

A Companhia quando necessário efetua depósitos judiciais não vinculados às provisões para contingências. O saldo em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 1.160 (R\$ 201 em 31 de dezembro de 2010).

15 Arrendamento mercantil

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possui a pagar R\$ 134 (R\$ 85 em 31 de dezembro de 2010) em contrato de arrendamento mercantil financeiro, incorporados no ativo imobilizado. Os contratos possuem prazo de duração de até 03 (três) anos, com cláusulas de opção de renovação ou opção de compra após esse período.

Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado da Companhia.

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Descrição do bem		
Máquinas e equipamentos	-	85
Veículos	134	-

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, está representado por 5.222.222 ações sem valor nominal, sendo 2.846.929 ações ordinárias e 2.375.293 ações preferenciais.

b. Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

17 Receita operacional

18

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

demonstração de resultado do exercicio.	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Receita bruta	91.698	69.520
Menos:		
Deduções sobre vendas	(22.952)	(17.944)
Total da receita liquida	<u>68.746</u>	<u>51.576</u>
Resultado financeiro		
	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Despesas financeiras:		
Juros	(2.311)	(1.890)
Outros	<u>(40)</u>	<u>(967)</u>
	<u>(2.351)</u>	<u>(2.857)</u>
Receitas financeiras:		
Juros	121	93
Descontos obtidos	425	108
Outros		<u>581</u>
	<u>546</u>	<u>782</u>
Resultado financeiro líquido acumulado	<u>(1.805)</u>	(2.075)

19 Imposto de renda e contribuição social

a. Composição dos saldos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social estão limitadas a 30% do lucro tributável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Ativo:		
Prejuízo fiscal e base negativa	6.183	6.328
Provisão para contingência tributaria	200	892
Provisão para contingência trabalhista	280	147
Provisão para devedores duvidosos	10	54
PLR – Part. Lucros e Resultados	72	-
Faturamento não entregue	33	21
Outros	23	21
Total impostos diferidos ativos	<u>6.801</u>	<u>7.463</u>
Passivo:		
Ajuste da depreciação econômica	313	201
Total impostos diferidos passivos	313	201

A Administração considera que os ativos e passivos diferidos decorrentes das diferenças temporárias serão realizados na proporção da solução final dos eventos que lhes deram origem.

Com base em estudo técnico das projeções de lucros tributários futuros a Companhia estima a realização dos ativos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa nos seguintes exercícios:

	<u>Estimativa de</u>	Percentual de
Período	<u>Realização</u>	<u>Realização</u>
2012	455	7,4%
2013	531	8,6%
2014	564	9,1%
2015	596	9,6%
2016	625	10,1%
após 2017	<u>3.412</u>	<u>55,2%</u>
	6.183	100,0%

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

b. Conciliação do benefício/(despesa) do imposto de renda e da contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social foram calculados às alíquotas vigentes e a conciliação do benefício/(despesa) de imposto de renda e da contribuição social é demonstrada a seguir:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Lucro/prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	3.231	(7.033)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(1.099)	2.391
Diferenças permanentes:	19	-
Imposto de renda e contribuição social efetivos	(1.080)	2.391

20 Gerenciamento de risco financeiro

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

a. Risco de crédito

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a administração também considera a demografia da base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria e região onde os clientes operam, uma vez que estes

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

fatores podem ter influência no risco de crédito. As vendas da companhia se concentram em canais de grandes redes, auto-serviço e revendedores, o que limita concentração de risco de crédito.

A Companhia estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente. A análise inclui avaliações externas, quando disponíveis, e em alguns casos referências bancárias. Limites de compras são estabelecidos para cada cliente, estes limites são revisados periodicamente. Clientes que falharem em cumprir com o limite de crédito estabelecido, somente poderão operar em base de pagamentos antecipados.

No monitoramento do risco de crédito dos clientes, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se são pessoa física ou jurídica, atacadistas, varejistas ou consumidores finais, localização geográfica, indústria, perfil de idade, maturidade e existência de dificuldades financeiras anteriores.

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação.

c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

d. Risco de moeda

Como as operações da empresa estão concentradas no mercado interno, e consequentemente seus fluxos de caixa estão basicamente em Reais, não há risco associado à variação de moedas.

e. Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo das possíveis flutuações nas taxas de juros incidentes sobre os ativos e passivos financeiros da Companhia. Visando minimizar possíveis impactos advindos dessas oscilações, a

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Companhia adota a política de diversificação nas linhas de crédito, alternando a contratação com taxas variáveis e taxas fixas.

f. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- documentação de controles e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingência;
- treinamento e desenvolvimento profissional;
- padrões éticos e comerciais;
- mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

g. Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Total do passivo	33.961	28.490
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	<u>(4.994)</u>	(2.635)
Dívida líquida (A)	<u>28.967</u>	<u>25.855</u>
Total do patrimônio líquido (B)	4.122	1.971
Relação divida líquida sobre patrimônio líquido em 31 de		
dezembro (A/B)	7,03	13,12

21 Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

<u>Modalidade</u>	<u>Abrangência</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Patrimônio	Estoques e imobilizado	11.700	11.700
Veículos		1.200	1.200
Responsabilidade civil		<u>1.000</u>	1.000
		13.900	13.900

22 Eventos subsequentes

Em 20/03/2012 a controladora BRF - Brasil Foods S.A. divulgou fato relevante informando que foi firmado nesta data, Contrato de Permuta de Ativos e Outras Avenças ("Contrato de Permuta") com a Marfrig Alimentos S.A., atendendo ao que fora requerido no Termo de Compromisso e Desempenho ("TCD") firmado em 13/07/2011, com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, que aprovou a fusão da Controladora da Excelsior, Sadia S.A., com a BRF - Brasil Foods S.A. De acordo com o que fora firmado nesse TCD, a Sadia, deveria promover a alienação integral da participação detida direta ou indiretamente, no capital social da Excelsior Alimentos S.A., com a conseqüente transferência para o futuro comprador de todo o patrimônio tangível e intangível.

A consumação da transação está sujeita a condições precedentes definidas pelas partes no Contrato de Permuta, que permitirão a conclusão do negócio até a data de 1º de junho de 2012.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

A implementação da transação está sujeita à condição suspensiva, qual seja, a manifestação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), no sentido de que a transação acima descrita, uma vez implementada na forma estabelecida no Contrato de Permuta, representará o cumprimento, pela BRF – Brasil Foods S.A. e pela Sadia S.A., das obrigações assumidas pelas mesmas no TCD.

Conselho de Administração

Ralf Piper - Presidente José Eduardo Cabral Mauro - Conselheiro Sidney Rogério Manzaro - Conselheiro

Diretoria Executiva

João Pereira Filho - Diretor Presidente. Renato Jackisch - Diretor de Relações com Investidores.

> Adilson Bergamo - Contador CRC MT-007248/O-0 T-RS